

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA – *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO

**A REVELIA NO PROCESSO CIVIL EM FACE DA FAZENDA
PÚBLICA**

GALILEU PEREIRA DA SILVA

CACOAL/RO
2007

GALILEU PEREIRA DA SILVA

**A REVELIA NO PROCESSO CIVIL EM FACE DA FAZENDA
PÚBLICA.**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, “Campus” de Cacoal, como requisito parcial para avaliação do título de Bacharel em direito, sob a orientação do Professor Especialista Silvério dos Santos Oliveira.

CACOAL/RO
2007

GALILEU PEREIRA DA SILVA

**A REVELIA NO PROCESSO CIVIL EM FACE DA FAZENDA
PÚBLICA.**

AVALIADORES:

Professor Especialista Silvério dos Santos Oliveira

Nota

Professor

Nota

Professor

Nota

MÉDIA

CACOAL/RO
2007

Dedico à minha companheira Mara e às minhas filhas Jordana e Joyce, pela paciência com que todos estes anos, suportaram a árdua luta e esforço no objetivo a ser alcançado. Dedico também à memória de meus pais: Antonio Rodrigues da Silva Neto e Antonia Pereira da Silva por tudo que representaram na formação de meu caráter.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 - ORIGEM DO INSTITUTO.....	11
1.1 - A revelia no direito romano e comparado.....	11
1.2 - Das diversas teorias sobre a sua natureza jurídica.....	17
1.3 - O instituto da revelia no direito pátrio até o código de 1939.....	19
1.4 - Revelia e Contumácia - uma é espécie da qual a outra seria gênero?.....	22
CAPÍTULO 2 - A REVELIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ATUAL.....	24
2.1- Revelia e princípio do contraditório	24
.....
.....
.....	16
2.2- Das diversas situações em que pode ocorrer a revelia.....	28
.....
.....
.....	17
2.3- Revelia e consequências jurídicas.....	30
2.4- Confissão e natureza jurídica.....	35
CAPÍTULO 3 – REVELIA E JULGAMENTO DO PROCESSO.....	38
3.1 – Princípio do livre Convencimento.....	38
3.2 – Consequências jurídicas do comparecimento tardio ao processo.....	39
3.3 – Julgamento antecipado do pedido na revelia.....	42
CAPÍTULO 4 – A FAZENDA PÚBLICA NA CONDIÇÃO DE DEMANDADA.....	45
4.1- Conceito de Fazenda Pública e implicações Processuais.....	45
4.2- Princípio da Isonomia e Direito de Defesa.....	47
4.3 - Isonomia e princípios processuais da razoabilidade e Proporcionalidade:	49
4.4- Revelia e Confissão.....	51
4.5 - Inaplicabilidade dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública.....	52
4.6 – Interesse Público ou Privilégios da Fazenda Pública?.....	53

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
6 – REFERÊNCIAS.....	60

RESUMO

DA SILVA, GALILEU PEREIRA – A revelia no processo civil em face da Fazenda Pública, 61 ginas, Trabalho de Conclusão de Curso – Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal, 2007.

O presente trabalho teve como objetivo exercitar a discussão sobre a aplicabilidade/inaplicabilidade dos efeitos da revelia, dentre eles, em especial, a não presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor, em face da Fazenda Pública disposto no artigo 320, II e artigo 351, ambos do CPC que aduz que não poderá ser imposto à Fazenda Pública a pena de revelia quando a matéria tratada dizer respeito a direitos indisponíveis. A discussão que se pretende travar é por em contraste a existência da norma positiva e aspectos da interpretação jurisprudencial e doutrinária, no tocante ao dispositivo legal, numa reflexão quanto ao grave desequilíbrio existente na relação processual entre litigantes, notadamente no que se refere à Fazenda Pública - e se dá aplicação do direito no caso concreto está ou não havendo privilégio da Fazenda Pública – ainda, se está ou não sendo observado o princípio da isonomia esculpido no artigo 5º, Inciso LV da CR. A revelia ou contumácia em face da Fazenda Pública, teor central deste trabalho, permitem questionamentos acerca da justiça e do procedimento no processo civil, buscando entender as razões que levam o direito a ver com melhores olhos o interesse quando demandado em juízo, for esta, buscando a essência da sua finalidade. Como será visto mais adiante, a norma do art. 319 do Código de Processo Civil, trata de presunção de natureza relativa, ainda que esta construção do entendimento é de natureza doutrinária e jurisprudencial - Serão analisadas as regras legais dos artigos 320, II e 351, ambos do CPC, aduzindo questões a direitos indisponíveis; e o que se pretende discutir é exatamente esta questão, especialmente quando se verificar a interpretação literal que o legislador argüiu quando do regramento instituído, e de que forma aqueles direitos patrimoniais fazendários se transformam em direitos indisponíveis, quando uma das partes da relação processual for a Fazenda Pública. Por fim esboçar-se-á uma compreensão definitiva,

do conceito de revelia e seus fundamentos, bem como justificativas e esboço histórico do instituto, para, finalmente, questionar-se está ou não havendo privilégios à Fazenda Pública.

Palavras chave: revelia. aplicabilidade. isonomia. fazenda pública. privilégio.

ABSTRACT

DA SILVA, GALILEU PEREIRA – The revelry in the civil process in face of the Public treasury, 61 pages, Mongraphy – Foundation Federal University of Rondonia – Cacoal Campus, 2007.

The present paper has the objective to exercise the discussion about the application/inapplication of the effects of the revelry, among them, in special, the lack of presumption of veracity of facts affirmed by the author, in face of the Public treasury displayed in the article 320, II and article 351, both of the Civil Processual Code, in what is inserted that may not be imposed against the Public treasury the penalty of revelry when the subject concerns about unavailable rights. The discussion that is intended to be presented is to contrast the existence of the positive norm and aspects of jurisprudence and doctrine interpretation, when it comes to the legal device, in reflexion related to the serious disequilibrium that exists in the processual relation between the litigants, specifically in relation to the Public treasury – and the application of the law in the concrete case takes place, even when there is or not privilege of the Public treasury – still, if it has been or not observed the principle of isonomy, sculpted in the article 5º, incise LV of the Federal Constitution. The revelry or contumacy in face of the Public treasury, principal theses of this research permit questions about the Justice and the procedures in the civil process, in search of understanding the reasons that leads the law to respect the interest when it is taken to court. As it will be treated afterwards, the norm of the article 319 of the Civil Processual Code, treats of the presumption of relative theory, even though this construction of this understanding has doctrine and jurisprudence origin. The legal rules of the articles 320, II and 351, both of the CPC, discussing questions to unavailable rights; and what is intended to be discussed is exactly this matter, specially when verifying the literal interpretation that the legislator claimed about the instituted regrament, and how these patrimony rights become unavailable rights, when one of the litigants in the processual relation is the treasury fazenda.

Key word: revelry. application. isonomy. public treasury. privilege.

Agradeço aos professores em geral pela dedicação e empenho e especialmente ao professor Silvério dos Santos Oliveira pelo reconhecido esforço para que o presente curso chegasse a seu termo dentro do prazo previsto. Agradeço também a professora Lindomar que com seu carisma fez com que cada um de nós acreditasse que era possível, o que parecia impossível. Agradeço também colegas como: Paschoal, Gilberto, Sandra, Marcos, Washington, Ismar, e outros pelo apoio e encorajamento, nos momentos de desânimo e fraqueza.

DA SILVA, GALILEU PEREIRA – A revelia no processo civil em face da Fazenda Pública, 61 páginas, Trabalho de Conclusão de Curso – Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal, 2007.

PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR

O acadêmico **Galileu Pereira da Silva** desenvolveu o trabalho de conclusão de curso sobre o tema “**A revelia no processo civil em face da Fazenda Pública**”, obedecendo aos critérios do Projeto de Monografia apresentado ao departamento de Direito da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *campus* de Cacoal, RO.

O acompanhamento foi efetivo, tendo o desenvolvimento do trabalho observado os prazos fixados pelo departamento de Direito.

Dessarte, o acadêmico está apto para a apresentação expositiva de sua monografia junto à banca examinadora.

Cacoal., 11 de Setembro de 2007.

Silvério dos Santos Oliveira
Professor Orientador